

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA DIBENS LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, as partes, devidamente representadas na forma de seus respectivos atos constitutivos:

DIBENS LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL, com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Calçada Copos de Leite nº 13, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob nº 65.654.303/0001-73, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, doravante denominada simplesmente **EMISSIONORA**, e, na qualidade de **AGENTE FIDUCIÁRIO**, doravante assim denominado, **APORTE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua do Tesouro, 47, 3º e 4º andares, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob nº 62.090.873/0001-90, representando a comunidade de debenturistas adquirentes dos títulos objeto da presente emissão, vêm emitir debêntures não conversíveis em ações da **EMISSIONORA**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

I. DA AUTORIZAÇÃO

A emissão das debêntures de que trata a presente Escritura foi autorizada pela Assembléia Geral Extraordinária e Reunião do Conselho de Administração da **EMISSIONORA**, realizadas em 28.04.95.

II. DOS REQUISITOS

A emissão das debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos:

- a. será registrada na Comissão de Valores Mobiliários, doravante denominada simplesmente **CVM**, na forma das Leis nºs 6.385, de 07 de dezembro de 1.976 e 6.404, de 15 de dezembro de 1.976, e demais disposições legais e regulamentares pertinentes;
- b. a Ata da Assembléia Geral Extraordinária que deliberou sobre a emissão de debêntures será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo.
- c. a presente Escritura de Emissão será registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Barueri.

III. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

As debêntures, cujas condições e características seguem transcritas, serão emitidas observando-se o seguinte:

1. FORMA DE COLOCAÇÃO:

O lançamento será público, mediante intermediação de instituições financeiras habilitadas, adotando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da Instrução **CVM** nº 13/80.

2. DATA DE EMISSÃO:

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das debêntures em todas as séries será 01 de maio de 1995.

3. VALOR DA EMISSÃO:

O montante total da emissão será de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais).

4. QUANTIDADE DE DEBÊNTURES E NÚMERO DE SÉRIES:

Serão no total emitidas 15.000 (quinze mil) debêntures, divididas em 02 (duas) séries, a saber:

- a. 1ª série: 5.000 debêntures;
- b. 2ª série: 10.000 debêntures.

5. PRAZO E DATA DE VENCIMENTO:

As debêntures terão os seguintes prazos e vencimentos:

- a. 1ª série: 38 meses, a contar da data de emissão, com vencimento em 01.07.1998;
- b. 2ª série: 26 meses, a contar da data de emissão, com vencimento em 01.07.1997.

6. VALOR NOMINAL:

As debêntures de todas as séries terão valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na data de emissão.

7. FORMA:

As debêntures de todas as séries serão nominativas, não endossáveis.

8. NEGOCIAÇÃO:

As debêntures serão negociadas junto ao SND (Sistema Nacional de Debêntures), administrado pela ANDIMA (Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto) e operacionalizado pela CETIP (Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos).

9. ESPÉCIE:

As debêntures de todas as séries serão da espécie subordinada.

10. PREÇO DE SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO:

As debêntures serão subscritas pelo seu valor nominal unitário, acrescido da base de remuneração, juros remuneratórios e prêmio, a partir da data de emissão até a data da integralização. A integralização será à vista, no ato da subscrição.

11. BASE DE REMUNERAÇÃO:

A base de remuneração das debêntures da presente emissão será a variação acumulada da Taxa Referencial – TR, divulgada pelo Banco Central do Brasil, que agregar-se-á ao valor nominal unitário definido no item 6 deste instrumento, a partir da data da emissão, para fins de cálculo do valor pecuniário de qualquer obrigação prevista nesta escritura.

11. 1. A apuração do montante das obrigações que se devam liquidar em datas intermediárias, ou seja, cujo vencimento não ocorra no primeiro dia de cada mês, será efetuada mediante a aplicação da variação "pro-rata temporis" da TR do mês.

11. 2. Caso se alterem os critérios de cálculo da TR, as novas regras ou aludidas alterações, serão desde logo automaticamente aplicáveis à presente emissão.

12. JUROS REMUNERATÓRIOS:

A Reunião do Conselho de Administração de 28.04.95 deliberou que a todas as bôn timers desta emissão serão conferidos juros fixos, à taxa de 12% (doze por cento) ao ano, pagáveis conforme previsto no item 14 abaixo.

13. PRÊMIO:

13. 1. As debôn timers farão jus ao recebimento de um prêmio, equivalente ao percentual de 8% (oito por cento) ao ano para a 1ª série e de 7% (sete por cento) ao ano para a 2ª série. O respectivo prêmio de cada série será acrescido linearmente aos juros remuneratórios, previstos no item 12 supra, perfazendo uma remuneração anual de 20% para a 1ª série e de 19% para a 2ª série, a ser aplicada sobre o valor nominal das debôn timers, acrescido da base de remuneração, sendo devido mensalmente, coincidindo com o pagamento das amortizações e demais obrigações pecuniárias incidentes sobre as debôn timers, conforme item 14 abaixo.

13. 2. Na hipótese de extinção da TR, ou pela superveniência de normas legais ou regulamentares esta não mais puder ser utilizada nas emissões de debôn timers, a EMISSORA garantirá como rendimento mínimo da debôn timer o equivalente à taxa ANBID, acrescida de 1% (um por cento) ao ano, a partir da data do ato que originar a extinção da TR.

14. AMORTIZAÇÃO PROGRAMADA:

A amortização e demais obrigações pecuniárias das debôn timers previstas na Escritura serão pagas no 1º (primeiro) dia útil de cada mês, em 36 (trinta e seis) parcelas para a 1ª série e em 24 (vinte e quatro) parcelas para a 2ª série, sendo o primeiro pagamento em 01.08.95, efetuado segundo a seguinte fórmula:

$$A_n = V_e \times A_{mn} \times (1+i)^2 \times \frac{i}{1 - (1+i)^{-c}}$$

$$J_n = A_n - P_n$$

$$P_n = \frac{A_n}{(1+i)^{N-n}}$$

$$i = (\text{Juros remuneratórios \%} + \text{Prêmio \%} + 1)^{1/12} - 1$$

Onde:

A_n = Valor do pagamento mensal, incluindo a amortização, juros remuneratórios e prêmio, atualizados pela base de remuneração;

V_e = Valor nominal unitário na data da emissão;

A_{mn} = Variação da TR referente ao mês de ordem "n", calculada pela variação acumulada da TR da data de emissão até o vencimento da amortização.

c = número de amortizações, sendo 36 para a 1ª série e 24 para a 2ª série.

J_n = Valor dos juros remuneratórios e prêmio pagos na enésima amortização.

P_n = Valor da amortização de ordem "n";

n = Número de ordem da amortização.

N = 37 para a 1ª série e 25 para a 2ª série

15. JUROS MORATÓRIOS:

Caso a EMISSORA venha a incorrer em mora em qualquer pagamento e/ou amortização previstos nesta Escritura, os valores em atraso ficarão sujeitos a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, sem prejuízo das obrigações pecuniárias nesta previstas, bem como aplicação da base de remuneração incidentes sobre tais valores em atraso, calculados desde a data da inadimplência até a do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

16. DECADÊNCIA DOS DIREITOS AOS ACRÉSCIMOS:

Sem prejuízo ao disposto no item 15 supra, o não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da EMISSORA, nas datas previstas neste Instrumento, ou em comunicado publicado pela mesma, não lhe dará direito ao recebimento de juros remuneratórios e prêmio no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

17. RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO:

A EMISSORA reserva-se o direito de, a qualquer tempo, por deliberação do Conselho de Administração, promover o resgate antecipado das debêntures em circulação, mediante o pagamento do respectivo saldo do valor nominal não amortizado, acrescido da base de remuneração, dos juros remuneratórios e do prêmio devidos na data do resgate, devendo publicar aviso prévio aos debenturistas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data do resgate. O resgate poderá ser total ou parcial, nesta última hipótese mediante sorteio.

18. AQUISIÇÃO FACULTATIVA:

A EMISSORA poderá, a qualquer tempo, adquirir debêntures em circulação, por preço não superior ao saldo do valor nominal não amortizado, acrescido da base de remuneração, observado o disposto no parágrafo 2º do Artigo 55 da Lei nº 6.404/76.

PARÁGRAFO ÚNICO: Na aquisição, os rendimentos a que fizerem jus as debêntures serão atribuídos, pela EMISSORA, aos titulares das mesmas.

19. LOCAL DO PAGAMENTO:

Os pagamentos referentes às amortizações das debêntures objeto desta emissão, juros remuneratórios e prêmio, acrescidos da base de remuneração, a que fizerem jus as debêntures, serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pelo CETIP, ou na sede da EMISSORA, na hipótese do debenturista não estar vinculado a esse sistema.

20. PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS:

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes aos pagamento de qualquer obrigação até o primeiro dia útil subsequente, se essa data coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário, sem nenhum acréscimo a qualquer título, aos valores a serem pagos.

21. PUBLICIDADE:

Todos os atos e decisões decorrentes desta emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos debenturistas, deverão ser veiculados na forma de avisos, em jornal de grande circulação na Cidade de São Paulo: a Gazeta Mercantil.

22. VENCIMENTO ANTECIPADO:

O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto da emissão de que trata o presente instrumento e exigir o pagamento pela EMISSORA do valor nominal acrescido da base de remuneração, juros remuneratórios e prêmio, deduzidas as amortizações ocorridas, até a data do efetivo pagamento, na ocorrência dos seguintes fatos:

- a. protesto legítimo e reiterado de títulos contra a EMISSORA;
- b. pedido ou decretação de intervenção administrativa pelo Banco Central do Brasil;
- c. falta de cumprimento pela EMISSORA de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, não sanada em 30 (trinta) dias, contados a partir do aviso escrito enviado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO;
- d. vencimento antecipado de qualquer dívida da EMISSORA em razão de inadimplência contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da EMISSORA, previstas na presente Escritura de Emissão.

Na ocorrência do vencimento antecipado, a EMISSORA se obriga a efetuar o pagamento de todas as suas obrigações em até 10 (dez) dias úteis a partir da comunicação por escrito à EMISSORA através de carta protocolada.

23. INCONVERSIBILIDADE:

As debêntures da presente emissão não serão conversíveis em ações representativas do Capital Social da EMISSORA.

IV. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

A EMISSORA está adicionalmente obrigada a:

1. Fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO:

- a. dentro de no máximo 60 (sessenta) dias após o término do primeiro semestre de seu exercício social, cópia das demonstrações financeiras relativas a esse período;
- b. dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, demonstrações financeiras completas relativas ao mesmo;
- c. cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 202/93 nos prazos previstos nesta Instrução;
- d. imediatamente, qualquer informação razoável que lhe venha a ser solicitada.

2. Não pagar dividendos, salvo o disposto no Artigo 202 da Lei nº 6.404/76, nem qualquer outra participação nos lucros estatutariamente prevista, se estiver por mais de 30 (trinta) dias em mora, relativamente ao pagamento do principal atualizado pela base de remuneração, juros remuneratórios e prêmio, relativos às debêntures objeto da presente escritura, cessando tal proibição, tão logo seja purgada a mora.

3. Submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente, registrada na CVM.

4. Efetuar e manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, nos termos da Instrução CVM nº 202/93, bem como fornecer aos seus debenturistas, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, as demonstrações financeiras previstas no Artigo 176 da Lei nº 6.404/76.

5. Manter em adequado funcionamento, serviço de atendimento aos debenturistas, tendo em vista assegurar eficiente tratamento aos titulares das debêntures, ou contratar instituições financeiras autorizadas a prestar esse serviço.

6. Manter seus bens adequadamente assegurados, conforme práticas correntes.

7. Não realizar operação fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares vigentes.

V. DO AGENTE FIDUCIÁRIO

A EMISSORA constitui e nomeia AGENTE FIDUCIÁRIO da emissão objeto da presente Escritura, APOORTE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA, retro-qualificada, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da Lei, representar perante ela, EMISSORA, a comunhão dos titulares das debêntures.

1. DECLARAÇÃO:

O AGENTE FIDUCIÁRIO, nomeado na presente Escritura, declara:

- a. sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme o Artigo 66, parágrafo 3º da Lei nº 6.404, de 15.12.76, e o Artigo 9º da Instrução CVM nº 28 de 23.11.83, para exercer a função que lhe é ocupada,
- b. aceitar a função que lhe é conferida, assumindo os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura,
- c. aceitar integralmente a presente Escritura em todas as suas cláusulas e condições,
- d. não ter qualquer ligação com a EMISSORA que o impeça de exercer plenamente suas funções.

2. REMUNERAÇÃO:

O AGENTE FIDUCIÁRIO receberá, pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, honorários no montante de R\$ 9.000,00 (nove mil reais) por ano, sendo o 1º pagamento na data do 1º anúncio de oferta pública e os demais, na mesma data dos anos seguintes, corrigidos desde a data da emissão pelo IPC-r até o efetivo pagamento ou pelo índice que eventualmente o substitua;

Na eventualidade de vir o AGENTE FIDUCIÁRIO, por qualquer motivo, a ser exonerado de suas funções, a parcela de honorários será paga "*pro rata temporis*" relativamente ao período de sua exigibilidade;

As remunerações não incluem as despesas com publicações, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, a serem cobertas pela EMISSORA, exceto as viagens a São Paulo (capital), e respectivas estadias;

Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida neste item, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora na forma definida para as obrigações tratadas na presente Escritura;

As parcelas serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto sobre serviços de qualquer natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do AGENTE FIDUCIÁRIO, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

3. SUBSTITUIÇÃO:

Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, assembléia dos debenturistas para a escolha do novo AGENTE FIDUCIÁRIO, a qual poderá ser convocada pelo próprio AGENTE FIDUCIÁRIO a ser substituído, pela EMISSORA, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, dos títulos em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 08

(oito) dias antes do término final do prazo acima citado, caberá à EMISSORA efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo AGENTE FIDUCIÁRIO.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Na hipótese de não poder o AGENTE FIDUCIÁRIO continuar a exercer as funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo sua substituição.

PARÁGRAFO SEGUNDO – É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das debêntures no mercado, proceder à substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO e à indicação de seu eventual substituto, em assembléia especialmente convocada para esse fim.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO fica sujeita a comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no Artigo 8º da Instrução CVM nº 28, de 23.11.83, e eventuais normas posteriores.

PARÁGRAFO QUARTO – A substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO, em caráter permanente, deverá ser objeto de aditamento à escritura de emissão, devendo o mesmo ser averbado no registro de imóveis, juntamente com a Escritura.

PARÁGRAFO QUINTO – O AGENTE FIDUCIÁRIO entrará no exercício de suas funções a partir da data da assinatura da presente escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição.

PARÁGRAFO SEXTO – Aplicam-se às hipóteses de substituição ao AGENTE FIDUCIÁRIO as normas e preceitos baixados pela CVM.

4. DEVERES DO AGENTE FIDUCIÁRIO

Além de outros previstos em lei ou em ato normativo, da CVM e nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do AGENTE FIDUCIÁRIO:

- a. proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- b. renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- c. conservar, em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- d. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- e. promover, nos competentes órgãos, caso a EMISSORA não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, caso em que o oficial do registro notificará a administração da EMISSORA para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- f. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- g. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações das debêntures;

h. solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do Foro da sede da EMISSORA;

i. solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na EMISSORA;

j. convocar, quando necessário, a Assembléia de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a EMISSORA deve efetuar suas publicações;

k. comparecer à Assembléia dos Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

l. elaborar relatório destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, letra "b", da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, pelo menos, as seguintes informações:

l. 1. eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela EMISSORA ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela EMISSORA;

l. 2. alterações estatutárias ocorridas no período;

l. 3. comentários sobre as demonstrações financeiras da EMISSORA, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;

l. 4. posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado;

l. 5. resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamento de juros das debêntures realizadas no período, bem como aquisições e vendas de debêntures pela EMISSORA;

l. 6. constituição e aplicação do Fundo de Amortização de Debêntures, quando for o caso;

l. 7. acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da EMISSORA;

l. 8. relação dos bens e valores entregues à sua administração;

l. 9. cumprimento de outras obrigações assumidas pela EMISSORA neste instrumento; e

l. 10. declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de AGENTE FIDUCIÁRIO.

m. colocar o relatório de que trata o item anterior à disposição dos debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da EMISSORA, ao menos nos seguintes locais:

m. 1. na sede da EMISSORA;

m. 2. no escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;

m. 3. na CVM;

m. 4. nas Bolsas de Valores, quando for o caso; e

m. 5. nas instituições financeiras que lideram a colocação das debêntures.

n. publicar, nos órgãos de imprensa em que a EMISSORA deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados nos sub-ítem do item "m" acima;

o. manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante inclusive, gestões junto à EMISSORA e à instituição prestadora de serviços de debêntures escriturais;

- p. coordenar o sorteio das debêntures a serem resgatadas parcialmente;
- q. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes deste Instrumento, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- r. notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, de qualquer inadimplemento pela EMISSORA de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deverá ser enviada:
 - r. 1. à CVM;
 - r. 2. às Bolsas de Valores, quando for o caso;
 - r. 3. ao Banco Central, quando se tratar de instituição por ele autorizada a funcionar;

5. ATRIBUIÇÕES DO AGENTE FIDUCIÁRIO

O AGENTE FIDUCIÁRIO usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a EMISSORA ou terceiros coobrigados para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da EMISSORA:

- a. declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as debêntures e cobrar seu principal e acessórios conforme os termos da item 4;
- b. tomar qualquer providência para a realização dos créditos dos debenturistas;
- c. representar os debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da EMISSORA; e

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá exercer a atribuição prevista no item (a) acima na ocorrência do inadimplemento de qualquer obrigação proveniente da presente Escritura.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O AGENTE FIDUCIÁRIO somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos itens (a) a (c) do "caput" desta cláusula se a assembleia dos debenturistas assim autorizar, por deliberação unânime dos titulares de todas as debêntures.

6. DESPESAS DO AGENTE FIDUCIÁRIO

A EMISSORA ressarcirá o AGENTE FIDUCIÁRIO de todas as despesas em que o mesmo tenha comprovadamente incorrido, para proteger os direitos e interesses dos debenturistas, ou para realizar seus créditos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O ressarcimento, a que se refere esta cláusula, será efetuado imediatamente após a entrega à emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente feitas e necessárias à proteção aos direitos dos titulares dos títulos.

PARÁGRAFO SEGUNDO – As despesas a que se refere esta cláusula compreendem, inclusive, as seguintes publicações:

- a. Publicação de relatórios, avisos e notificações conforme previsto nesta escritura, e outras que vierem ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- b. extração de certidões;
- c. locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções;
- d. eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O crédito do **AGENTE FIDUCIÁRIO** por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas, que não tenham sido saldados na forma do parágrafo primeiro, será acrescido à dívida da **EMISSORA** e gozará das mesmas garantias das debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

PARÁGRAFO QUARTO – Se qualquer quantia devida aos debenturistas em virtude desta Escritura for paga por meio de ação judicial ou sua cobrança for feita através de advogados, a **EMISSORA** deverá pagar (em complemento a todos os valores devidos previstos nesta Escritura e nas debêntures) honorários advocatícios e outras despesas e custas incorridas devido a tal cobrança.

VI. DA RENÚNCIA

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente escritura, sendo o não-exercício de qualquer direito considerado como mera liberalidade, não se constituindo, ainda, novação.

VII. DA ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

Os titulares das debêntures de que trata esta escritura poderão a qualquer tempo, reunir-se em Assembléia Especial, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas.

A assembléia dos debenturistas poderá ser convocada pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, pela **EMISSORA**, por debenturistas que representem no mínimo 10% (dez por cento) das debêntures em circulação, ou pela CVM.

Aplicar-se-á à Assembléia dos Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404/76 para Assembléia Geral de Acionistas.

A assembléia se instalará em primeira convocação com a presença de debenturistas que representem metade, no mínimo, das debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número. A presidência da Assembléia caberá ao debenturista que for eleito pelos presentes ou àquele que for designado pela CVM.

Na hipótese da assembléia não ter sido convocada pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, este a ela deverá comparecer e prestar aos debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

Nas deliberações da assembléia, cada debênture dará direito a um voto, admitida a constituição de mandatários, debenturistas ou não.

Toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições previstas neste instrumento, dependerão da aprovação de debenturistas que representem, no mínimo, metade das debêntures em circulação.

Para efeito da constituição do quórum a que se refere esta cláusula serão excluídas do número de debêntures, que a **EMISSORA** possuir em carteira.

ESTA FOLHA FAZ PARTE INTEGRANTE DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA DIBENS LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL

VIII. DISPOSIÇÕES GERAIS

A presente Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo o não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula II, obrigando as partes por si e seus sucessores.

Fica eleito o foro da Comarca de Barueri, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura.

Estando assim certos e ajustados, firmam esta escritura a EMISSORA e, na qualidade de interveniente, o AGENTE FIDUCIÁRIO, em 04 (quatro) vias, de igual teor e forma e para o mesmo fim, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Barueri, 15 de maio de 1995.

DIBENS LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL

APORTE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____